

ENTREVISTA DE OLAVO SETUBAL À TV - GLOBO

Na opinião de Olavo Setubal, Presidente do Partido Popular em São Paulo, a abertura democrática não é compatível com uma concentração do poder econômico, como atualmente. Ele defende, para o Brasil, um pacto social amplo, que envolve o engajamento de todas as áreas da sociedade, para a realização do objetivo nacional a ser definido politicamente.

Setubal fez a análise da realidade brasileira durante recente entrevista no programa "Globo Revista", na Rede Globo de Televisão, quando reafirmou a convicção de que o processo de democratização é irreversível, pela razão de que a abertura decorre de um novo acordo, que aproxima as áreas militar-política em substituição ao pacto militar-tecnocrático.

O ex-prefeito de São Paulo faz uma advertência: é preciso controlar e diminuir a inflação, sob pena de se frustrar o esforço nacional com vistas a um desenvolvimento equilibrado e não a qualquer custo. Setubal não vê como, numa sociedade organizada e democrática, a política econômica possa continuar concentrada, como hoje, nas mãos de um único homem, o Ministro do Planejamento.

Segundo o Presidente do Partido Popular em São Paulo, a partir de 1982, com os resultados das eleições, a Nação adotará uma nova política econômica.

Reproduzimos, a seguir, o debate de Setubal com os analistas políticos e econômicos que o interrogaram na TV.

P - Dr. Olavo Setubal, por que o Senhor está na oposição?

R - Esta é uma pergunta que recebo frequentemente, que devo explicar com certo cuidado. De fato, fui para a política através da nomeação para um cargo executivo, cargo de prefeito de São Paulo. Mas na Prefeitura senti necessidade absoluta de me integrar à vida política do País. No término do Governo Paulo Egydio, já afirmava que não continuaria na Arena, porque me sentia desencantado com o então quadro político representado por aquele Partido. Fui o primeiro homem do mundo político oficial, que ocupava um cargo público, a afirmar que deixaria a Arena, muito antes de o Governo ter estabelecido a reforma partidária. Por isso, deixei os quadros do Governo para integrar-me nos quadros políticos da Oposição. Entendi que deveria continuar na vida pública, porque para isso me senti atraído no exercício do cargo de Prefeito.

P - O Senhor concorda com a frase que andam dizendo por aí, de que, enquanto os empresários morrem de raiva, os banqueiros morrem de rir?

R - Em primeiro lugar, quem deveria morrer de rir era o governo, que é o maior banqueiro deste país. Detém 70 por cento da poupança nacional. O Banco do Brasil é o banco que dá maior lucro no mundo. E não digam que é só contra os banqueiros particulares que há uma certa crítica, porque ainda há poucos dias vimos que um pároco se recusou no Amazonas a benzer um banco do governo, que é o Banco da Amazônia, e foi apoiado pelo Cardeal de São Paulo pela sua atitude. Portanto, o Brasil adquiriu uma certa vontade de criticar os bancos. Talvez tenha razão.

P - Qual a sua maior objeção à política econômica do governo, ao modelo econômico em vigor?

R - Minha maior objeção no momento é que eu não vejo como poderemos compatibilizar uma abertura política com uma concentração de poder no campo econômico. Eu acho inviável que nós mantenhamos no Brasil o Banco Central com autoridade de emissão de moeda, de regulação de volume de crédito, da taxa de câmbio, da exportação e dos subsídios e de outro lado, o poder fiscal - tudo concentrado na mão de um ministro, que por delegação do presidente da República exerce todo o poder econômico. De maneira que tudo o que acontece no País fica sob a responsabilidade desse ministro. Nós liberamos politicamente o País, abrimos as portas para a imprensa e para o Parlamento, que levantam todas as reivindicações, das mais legítimas às mais conflitantes entre si, do desemprego à expansão, do investimento na ciência ao investimento na comida, dos problemas imediatos aos problemas de longo prazo. Mas a regulação de tudo isso está nas mãos de um homem que detém todos os cordões da economia nas mãos. Não há quem resista, não há possibilidade desse sistema funcionar. Essa é a minha maior objeção global ao andamento econômico do País.

P - O Senhor tem pregado a necessidade de um novo pacto. Já que pacto é sinônimo de acordo, já que acordo pressupõe a existência de partes que façam esse acordo e já que é impossível reunir 120 milhões de brasileiros para fazer este pacto, eu pergunto: o senhor tem em mente o quê? A constituinte?

R - Um pacto é algo mais do que a constituinte. É uma visão global que a Nação tenha do seu objetivo nacional. Eu não sou cientis

ta social e até não gosto muito de debater esse pacto na televisão, porque, há pouco tempo, num debate, nós nos alongamos e depois disseram aí que o povo não está interessado em pacto social mas sim em saber do dia-a-dia. Mas eu gostaria de citar um exemplo: os Estados Unidos estavam numa profunda crise em 1930, a grande depressão econômica do século XX. E aí surgiu um político que foi capaz de integrar toda a nação americana, com uma visão de futuro e de desenvolvimento, de transformação daquilo que era o modo de ser e de viver daquele grande povo até então. Lançou um novo acordo, um novo pacto. Foi o que Roosevelt fez em 1932. Integrou toda a faixa moderna da economia americana, principalmente os empresários, que sentiam que aquele capitalismo selvagem não levaria a uma solução e aceitaram as novas regras regulando a economia americana. Integrou o sindicalismo, até então muito fraco, no processo decisório americano. Isto se fez através de um processo eleitoral.

P - O Senhor acredita que essa questão de São Bernardo do Campo, especificamente o caso dos operários da Volkswagen, é, digamos assim, um implemento capaz de desencadear ou de provocar um processo de surgimento desse pacto social?

R - Não. Não acredito pelo seguinte: a meu ver o desenvolvimento do Brasil criou um país diferente e houve não só uma concentração de renda mas criou-se uma concentração numa área diferente. O ABC não é o Brasil. A solução do ABC não é a solução para o Brasil. O que convém ao ABC não é possível de ser transferido para o Brasil inteiro. O nível de salário, o nível de educação, o nível das empresas, dos empresários, das lideranças que existem no ABC caracteriza uma situação diferente. É por isso que eu acho hoje extremamente grave a situação do ABC. Ele de certa

forma é tão diferente do resto do Brasil quanto o Projeto Jari, que está cheio de problemas e é diferente da Amazônia. Isso é que está mostrando os descompassos que hoje o país enfrenta no seu desenvolvimento. O nosso desenvolvimento é compulsivo, o nosso desenvolvimento é com qualquer preço, com qualquer tipo de proteção econômica, com qualquer tipo de incentivo, com qualquer tipo de restrição. A virtualidade desse sistema está esgotado.

P - Como o senhor vê o resultado dessa votação na Volkswagen?

R - É um dos fatos políticos mais importantes desses últimos meses. Nós vemos com clareza que os empregados da Volkswagen não aceitaram ser as vítimas ou os pagadores das dificuldades da indústria automobilística. Durante 20 anos o Governo deu incentivos para as empresas automobilísticas se estabelecerem, deu incentivo para exportar, para crescer numa velocidade, que foi a maior do mundo. Chegou a produzir tantos automóveis que durante o período em que eu fui prefeito de São Paulo a cidade ganhou, em quatro anos, mais 800 mil veículos. O Governo impunha também o CIP, a restrição à remessa de lucros e uma série de outras políticas. Mas o Governo hoje adota uma política monetária que restringe o consumo de automóveis. Os pátios se enchem. Os empregados, que estão acostumados a ver o Governo resolver os problemas da empresa, a ver os incentivos com a maior naturalidade e com absoluta justiça, querem ver a vez de eles terem incentivos, terem a solução do problema do emprego. Isto é um problema político da mais alta relevância, porque caracteriza as dificuldades do Brasil de hoje.

P - O Senhor acredita que o resultado das eleições na Volkswagen foi uma vitória política do Lula?

R - Sem a menor dúvida. Lula lutou contra um abaixo-assinado obtido dentro da empresa que de qualquer forma era representativo. Era liderado pelos homens que tinham sido escolhidos dentro da empresa. Era uma situação que todos previam seria ratificada na votação dentro da empresa. Era uma situação em que o sindicato já tinha assinado um acordo, um protocolo para ser discutido. E teve uma vitória estrondosa. De modo que Lula, sem a menor dúvida, volta ao cenário político como o líder sindical incontestado do ABC. Portanto, um líder do ponto crítico - ou do ponto mais importante do desenvolvimento econômico do País.

P - O Senhor é, evidentemente, o candidato natural do Partido Popular ao Governo do Estado de São Paulo. Se houver oportunidade de coligações partidárias para as eleições de 1982, o senhor sente mais próximo de uma aliança com o ex-presidente Jânio Quadros ou com o senador Franco Montoro?

R - Em primeiro lugar, penso que é necessário haver coligações. Eu não acho natural que no sistema pluripartidário nós tenhamos candidatos de todos os partidos para todos os cargos. Ou temos as primárias, como nos Estados Unidos, ou temos às eleições em dois turnos, como na França, ou teremos de ter coligações no sistema brasileiro. De modo que essas coligações terão de vir de qualquer maneira em São Paulo e nos outros estados. Quanto à minha posição e a do meu partido em relação aos demais candidatos, acho que ainda não é o momento de discutirmos. Temos em primeiro lugar que fortalecer e estruturar os nossos partidos, principalmente os partidos novos.

P - Há algum tempo, o senhor disse que as eleições de 82 definiriam uma nova política no Brasil como também uma nova política econômica. Teria de surgir uma nova política econômica no País, em consequência do resultado das eleições de 1982. O senhor continua sustentando essa tese? Que nova política econômica poderia ser?

R - Estou convicto disso. Acho que não poderemos continuar com uma política econômica centralizada num Parlamento que funcionará por coligações, uma vez que as eleições de 82 deverão constituir um Congresso onde o partido oficial não terá, como hoje, maioria absoluta, e que lhe permite sustentar a política do governo. Insisto em que a primeira reforma a ser feita será a da distribuição do poder econômico no País, do poder econômico do Governo, do poder regulador-emissor. Não vejo como o Brasil enfrentará uma situação política aberta, com muitos partidos e com uma concentração de poder como temos hoje. Não vejo como o Banco Central, com o poder de emissão que tem, possa ficar subordinado - num regime político democrático aberto - à emissão incontrolada ou aprovada a posteriori, como é hoje. Nenhum país democrático tem o seu Banco Central subordinado a um ministro responsável pelo desenvolvimento, com autoridade para atuar com a liberdade que tem no Brasil.

P - Esta descentralização do poder econômico do Governo só poderia ser feita a partir dos resultados das eleições de 82? Ou pode ser feita desde já?

R - Teoricamente, poderia, mas não vejo dentro do Governo - e nem vejo dentro do programa de Governo - qualquer indício disso. Pelo contrário, vemos diariamente os poderes do Ministro do Planeja-

mento serem aumentados. Ele passa a controlar as empresas estatais. A Petrobrás, para aumentar seu investimento, precisa obter autorização do Ministro do Planejamento ou então apelar diretamente ao Presidente da República. Acontece a mesma coisa com outros órgãos do Governo. Portanto, nós concentramos de uma maneira terrível a decisão econômica, quer nas mãos do Presidente da República, quer nas mãos do Ministro do Planejamento. E isto não funciona num regime democrático aberto.

P - O Senhor tem alguma receita para combater a inflação?

R - A receita é sermos todos inimigos da inflação. No Brasil, todos somos contra a inflação, mas, no fundo, somos favoráveis a inflação. Há uma atitude nacional de extrema benevolência com a inflação. O grande valor nacional tem sido até hoje o desen-volvimento compulsivo, a qualquer custo. Este sim é o valor nacional. Nós todos gostamos dos ônus pouco claros.

Só acabaremos com a inflação quando o Brasil tiver condições para assumir a responsabilidade de dizer quando aumenta o preço do petróleo que alguém vai ter que perder alguma coisa, quando há seca no Nordeste, nós vamos ter que tirar alguma coisa dos que tiveram boa safra, quando aumentamos a distribuição de renda, aumentando o salário de certas faixas, nós temos que tirar de outros. Isso só será possível de uma maneira indolor se formos ao mesmo tempo capazes de aumentar a produção nacional e tivermos consciência de que só podemos distribuir entre todos aquilo que produzimos e que devemos produzir aquilo que deve ser distribuído melhor.

P - O Presidente Figueiredo tem dito que, entre a inflação e a democracia, ele dá prioridade à democracia.



R - A minha dúvida está no que me disse o professor Bulhões, há pouco tempo: não há Governo democrático que resista a uma inflação de 110 por cento ao ano. Isto não aconteceu em nenhum lugar do mundo. Todos os governos democráticos que não foram capazes de controlar a inflação, foram substituídos, de uma forma ou de outra. Por isto, acho que, se quisermos democracia, precisamos tomar as medidas necessárias para que o Brasil controle a inflação, para que se distribuam os ônus e as vantagens do desenvolvimento - com o apoio da nação e não por um processo de concentração de decisões.

P - O Senhor tem uma teoria de que a abertura teria sido feita a partir de uma crise econômica.

R - Em uma palestra que fiz na Universidade John Hopkins, em Washington, defendi a tese de que a abertura nasceu no momento em que o Governo perdeu sua sustentação popular, pelas dificuldades econômicas e financeiras. No momento em que o milagre brasileiro - o desenvolvimento que o Brasil teve durante a década de 60 - ficou extremamente comprometido pela alta do petróleo, pela recessão nos países desenvolvidos, pela suspensão da conversibilidade do dólar em ouro, tudo isso se refletiu sobre o Brasil. Essa situação tirou do Governo a sua legitimidade, que era baseada no êxito econômico, no sucesso, no desenvolvimento. Nesse momento, o Governo foi obrigado a mudar a sua sustentação e abandonu aquilo que eu chamei de pacto-militar-tecnocrata - que era o pacto do desenvolvimento - passando para um pacto militar político. Os militares, que ainda detêm o poder no País, resolveram estruturar o seu apoio com base nos políticos. Então, caminhamos para a abertura política. Essa situação que estamos vivendo é a mudança do pacto, para um realinhamento da sociedade brasileira, para dar sustentação a um Governo que tem de enfrentar

uma terrível crise decorrente até mesmo desse próprio desenvolvimento: do desenvolvimento e da crise mundial, hoje com enormes reflexos no Brasil, porque o Brasil se integrou na economia mundial.

P - As eleições do ano passado foram adiadas sob o argumento de que uma campanha eleitoral é incompatível com uma política rigorosa de combate à inflação. O senhor vê risco equivalente em relação às eleições do próximo ano?

R - Não acredito que tenhamos um ano de 82 muito melhor economicamente. Acho que estamos numa crise que decorre de toda a situação mundial. Devemos reconhecer que não é em um ou dois anos que vamos sair de uma situação difícil. Portanto, vamos para a eleição de 82 - e acredito que elas terão de se realizar, porque o Governo terá de ouvir a nação para enfrentar exatamente esta crise. Vamos ter que enfrentar as eleições de 82 dentro de uma situação econômica difícil.

P - Antonio Ermírio de Moraes não aconselha os empresários a entram para a política. Quer que os políticos profissionais fiquem na política e os empresários fora dela. O que o senhor acha dessa tese?

R - Eu diria que eu deixei de ser um empresário para entrar na vida política e nunca mais consegui ser empresário em tempo integral. Só assumi cargo de orientação. Praticamente dedico todo o meu tempo à vida política. E acho que o empresário não deve fazer política nos órgãos de classe. Nisso estou de pleno acordo com Antonio Ermírio. O empresário que quiser fazer política tem de integrar-se nos partidos políticos, como estou fazendo. Não quero que o PP seja um Partido de empresários. Fui um empresário e

tenho uma experiência válida, e por isso defendo, uma solução política para o Brasil baseada numa democracia representativa e um sistema econômico baseado na livre iniciativa.

P - O Deputado Prisco Viana, secretário geral do PDS, acaba de nos telefonar. Ele pede que lhe transmitamos a seguinte pergunta: Se o senhor condena a obsessão nacional pelo desenvolvimento, será que o senhor está sugerindo a recessão?

R - Nunca. Eu me refiro ao desenvolvimento sem equilíbrio. Quando nós partimos para o desenvolvimento da indústria automobilística sem ter petróleo, o que nós quisemos com isso? Agora, o Ministro vem dizer que temos de reduzir o consumo de automóveis porque não temos petróleo. Então, com o desenvolvimento feito a qualquer custo, acho que se chega a uma crise a posteriori. Hoje estamos sabendo que a "Cobra", que é uma empresa que o Governo fez de qualquer jeito para resolver o problema nacional de computação, está com um déficit de um bilhão de cruzeiros, e ninguém quer pagar. Foi com essas atitudes impensadas de desenvolvimento - mas que a Nação aceitou porque nós estávamos na visão de que no fim tudo dava certo - que partimos para este desenvolvimento. Acontece que o fim está aí. Na hora em que acabou o petróleo barato, na hora em que a crise internacional veio, nós estamos enfrentando a realidade. Então, não podemos fazer automóveis porque não temos petróleo ou dólar para importar - mas temos 200 mil homens trabalhando na indústria automobilística. Será que estava certo esse desenvolvimento a qualquer preço?